

Concordância verbal e coesão textual

Enoch Tótola Vieira Rosa
Mestrando em Estudos Lingüísticos - UFES

Resumo

Este artigo examina o fenômeno da concordância verbal e prioriza aspectos relativos à *anáfora associativa*, cuja ocorrência pode afetar o comportamento morfossintático das formas verbais, de modo que estas se concretizem, no singular ou no plural, independentes da categoria de número em que se inscreve o núcleo do sujeito.

Inicialmente, são feitas algumas considerações a respeito de coesão textual. Em seguida, sob uma perspectiva funcionalista, analisa-se um texto de aluno de ensino fundamental, bem como sentenças produzidas por falantes, a fim de se observar como, no português contemporâneo, as marcas morfológicas de plural têm se apagado, à revelia do número do núcleo do sujeito.

Palavras-chave: concordância verbal, coesão, anáfora, discurso.

Resumé

Cet article examine le phénomène de l'accord du verbe, surtout dans les aspects relatifs à l'anaphore associative, dont l'occurrence peut affecter le comportement morphosyntaxique des formes verbales, en considérant que celles-ci se concrétisent au singulier et au pluriel indépendantes de la catégorie du numéro dans laquelle s'inscrit le noyau du sujet. On commence par quelques considérations à propos de la cohésion textuelle. Ensuite, dans une perspective fonctionnelle, on analyse un texte d'un élève de l'enseignement fondamental et des phrases produites par des parleurs pour qu'on puisse observer comment, dans le portugais contemporain, les marques morphologiques du pluriel se sont effacées, indépendamment du numéro du noyau du sujet.

Mots-clés: accord du verbe, cohésion, anaphore, discours.

O fenômeno da concordância verbal e a construção do texto

Numa perspectiva geral, a coesão é tratada como um fenômeno que se instaura entre segmentos do texto, em movimentos de *retrospecção* e *prospecção*. Esse entrelaçamento ocorre, segundo Halliday e Hasan (1976), “quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro” (p. 4).

Todo texto, então, organiza-se por meio de elementos que se reportam, semanticamente, a algo já dito, *anáfora*, e a algo a ser enunciado, *catáfora*. Essas relações estabelecidas no interior do próprio discurso, ou seja, no co-texto, a grosso modo definem coesão textual. Para melhor compreensão do que se expõe, veja-se o fragmento abaixo, extraído de Veríssimo (2006):

(1) O **defunto** dominava a casa com a **sua** presença enorme. (...) e os homens que cercavam o **morto** ali na sala ainda não se haviam habituado ao **seu** silêncio espesso.

Nota-se facilmente a relação *anafórica* que se estabelece entre os itens lexicais “**defunto**” e “**morto**”, da mesma forma que, em “**sua** presença” e “**seu** silêncio”, os itens gramaticais destacados apontam, retrospectivamente, para “**defunto**”. Isso mostra que tanto itens *lexicais* quanto *gramaticais* concorrem para instaurar a coesão textual.

Naturalmente, além desses recursos, há outros que se prestam ao mesmo fim. Entre eles, a *concordância verbal*, que contribui para que as formas verbais existentes no texto acima *retomem* os sintagmas nominais que funcionam como *sujeitos*, permitindo-se que entre estes e os verbos também se instaurem não só relações *sintáticas* como também *semânticas*.

Para confirmação do que acaba de afirmar-se, suponha-se que dois jornais, A e B, estampem os seguintes textos:

Jornal A: (2) Lula com seus ministros **defendeu** o reajuste do salário mínimo.

Jornal B: (3) Lula com seus ministros **defenderam** o reajuste do salário mínimo.

Em (2), por exemplo, pode-se compreender que a defesa do reajuste do mínimo foi tomada com mais propriedade e até em particular pelo presidente Lula, ao passo que em (3) houve um envolvimento de todos os membros constitutivos do sujeito, de modo que a importância do presidente, no jornal B, equipara-se à dos ministros. É o recurso sintático da concordância que determina essa análise, o que comprova que tal mecanismo coesivo, em muitas situações, pode inscrever-se em contextos pragmáticos distintos.

Além dos exemplos acima mencionados, vale a pena analisar a situação abaixo, um texto cujo foco de atenção é o ator Jackson Antunes. A matéria, extraída da Revista de TV, suplemento dominical de *A Gazeta*, 07/01/2007, objetivava discutir sobre a vida dos seringueiros durante o final do século XIX e início do século XX, um dos principais temas da minissérie *Amazônia – de Galvez a Chico Mendes*, exibida pela Rede Globo. No centro da página onde se estampava uma foto do ator, havia um pequeno texto em que se lia:

(4) Jackson Antunes, intérprete de Bastião, foi um dos atores que **pernoitou** na floresta, e **aprendeu** a cortar seringa.

Como o objetivo era ressaltar Antunes entre os demais atores, utilizou-se o *singular*, conforme se verifica nas formas verbais destacadas, embora o contexto favorecesse também a utilização de **pernoitaram** e **aprenderam**, em virtude do item lexical *atores*. Veja-se como a concordância se dá em função do contexto pragmático-discursivo em que se inscreve a matéria: pretendia-se pôr em relevo *o ator*.

Logo, no caso em questão, a concordância no *plural* não conferiria o mesmo efeito semântico ao discurso, fato que corrobora o que até então vem se dizendo: este recurso sintático, em muitos casos, ocorre motivado pela intenção discursiva, e constitui-se também um procedimento

argumentativo. Desse modo, pode-se dizer que a concordância é um recurso coesivo que colabora para instaurar a própria coerência textual.

O objetivo deste estudo não é explicar o fenômeno da coesão *latu sensu*. Interessa-nos analisar a concordância verbal como um mecanismo que, no português contemporâneo, tem se estabelecido de forma *assimétrica*, contrariando sobretudo o princípio básico segundo o qual o verbo deve concordar em número com seu respectivo sujeito, conforme apregoam estudos de caráter meramente estruturalista, pois é sob essa perspectiva que Câmara Jr (1997, p. 116) diz que

Dá-se em gramática o nome de concordância à circunstância (...) de um verbo variar em número e pessoa de acordo com o seu sujeito (concordância verbal). Este princípio geral é sistemático, e não apresenta em si motivo para hesitação ou dificuldade.

Obviamente, o autor, nesta passagem, utiliza o conceito de *gramática* sob a égide da prescrição, que normalmente concebe a *língua* como fenômeno ideal, asséptico, como se os instrumentos lingüísticos fossem utilizados discretamente, desconsiderando-se, portanto, as variações lingüísticas, os contextos discursivos, a interação entre falantes, etc.

Aqui, julgamos pertinente apresentar esse ponto de vista para que se confrontem nossas análises, de tal forma que se possa compreender melhor a perspectiva funcional da linguagem, que também concebe a língua como sistema, mas um sistema cujos usuários sejam capazes de modificá-lo, subvertê-lo, pois, quando um falante produz um enunciado, como por exemplo "*O povo **vaiaram** o presidente*", normalmente o faz guiado pelo caráter *coletivo* do item lexical **povo**, e não por sua **marca morfológica zero** de número – **singular**. Ou seja, estabelece-se nesses casos o que Berrendonner & Reichler-Béguelin (*apud* Koch, 2002, p. 113) chamam de *concordância associativa*.

Na verdade, a atividade discursiva coage o próprio sistema lingüístico, chegando a reorganizá-lo. E, portanto, as regras de combinação dos sintagmas sujeitam-se a adaptações que muitas vezes só encontram justificativas na semântica e

na pragmática, o que confirma que esta, sobretudo, e a sintaxe não constituem domínios disjuntos (Koch, 2002, p. 119); ao contrário, ambas, sintaxe e pragmática, estão imbricadas na elaboração do discurso.

Nos exemplos anteriores, (2) e (3), foram apresentadas “formas” diferentes que, sob uma perspectiva funcional, também veiculam sentidos distintos. Além dos aspectos estruturais, numa perspectiva funcionalista levam-se em conta aspectos ligados aos propósitos dos usuários na construção das sentenças lingüísticas. Aliás, dentro dessa perspectiva, já se disse que os usuários são subversivos do sistema da língua e, portanto, transformam-na, dinamizam sua estrutura.

Desse modo, as cláusulas (2) e (3) anteriores não podem ser tomadas como sinônimas numa interação lingüística, pois no confronto entre ambas subjaz um “julgamento” do falante a respeito do presidente Lula.

Essas considerações nos permitem reiterar que a sintaxe, especificamente no que concerne ao fenômeno da concordância, não deve ser analisada sem que se considerem os aspectos *semânticos* e *pragmáticos*, pois, conforme já se assinalou anteriormente, um estudo funcional não se esgota apenas na esfera sistêmica da linguagem, mas nas propriedades relativas às finalidades dos usuários no processo de interação lingüística.

Se a concordância verbal também pode ser considerada, entre tantos mecanismos de coesão, um dos principais fenômenos responsáveis pelo estabelecimento da construção de sentido do texto, é porque a partir do comportamento morfossintático dos verbos tem-se controle dos **argumentos** – sujeitos ou objetos - utilizados na organização do discurso.

Em linhas gerais, segundo apregoa a tradição gramatical, é o sujeito que controla o verbo, no português, o que indicia que a relação entre ambos é um mecanismo sintático importante, mas que nem sempre ocorre “regularmente”, já que a cognição, por ser pré-verbal, pode determinar que o sistema da língua seja subvertido, de modo que este se restaure progressivamente. E sempre.

A concordância verbal “harmônica” regula um comportamento lingüístico próprio de dialeto de prestígio, uma vez que, em outros dialetos, muitas vezes estigmatizados, o

sujeito não tem determinado essa "simetria." Poder-se-ia inclusive afirmar que, *a priori*, as flexões verbais têm se reduzido no português atual, de tal forma que nessa língua a categoria verbal tem apresentado, basicamente, poucas flexões, o que faz que se manifeste, muitas vezes, apenas o **singular**, como por exemplo: "...eu **falo** com ela..."; "...tu **fala** com ela..."; "...ele/você **fala** com ela..."; "...nós **fala** com ela..."; "...eles/vocês **fala** com ela...", etc.

Também tem sido comum a ocorrência de casos específicos em que as formas verbais não se subordinam à marca morfológica de número do sujeito, mas parecem, *anaforicamente*, associar-se a outro elemento da cadeia sintagmática, ou até mesmo a um elemento que não se encontra materializado na sentença. Verifique-se como se contrariam as marcas de número do sujeito e as de número dos seus respectivos verbos, em situações como "O pessoal **chegaram**", "O povo **vaiaram** o presidente", "A gente **chegamos** tarde", por exemplo.

Há, inclusive, uma relação *siléptica* que se processa nesses ambientes, pois esses casos sinalizam que, cognitivamente, o usuário infere que o verbo deve ficar no plural, uma vez que os itens lexicais utilizados no núcleo do sujeito têm esse traço semântico. Estabelece-se, aqui, uma relação de ingrediência entre a *forma* desses vocábulos e o *conteúdo* coletivo que estes expressam.

O distanciamento entre o sujeito e seu respectivo verbo pode, também, suscitar ocorrências em que o usuário, na tentativa de "recuperar" o argumento externo desse verbo, não subordina este ao sujeito, mas o faz da seguinte forma:

(5) Minha família parece não se afinar com minhas escolhas. Sempre me **criticaram** por eu ter optado pelo magistério.

A forma verbal **criticaram**, que não caracteriza indeterminação de seu sujeito, neste contexto, aponta implicitamente para **família**, que acaba por suscitar uma relação anafórica associativa com o *verbo* do segundo período. Provavelmente, a distância entre **família** e **criticaram** também determina que tal incongruência quanto à concordância se estabeleça. O uso da forma verbal pluralizada é uma tentativa de recuperar e garantir que "os membros da

família”, e portanto “mais de um”, são responsáveis pela ação verbal.

Logo, cumpre reiterar que nem sempre as relações de concordância têm se dado no interior das cláusulas em que se inserem o sujeito e o verbo, fato que Berrendonner & Reichler-Béguelin (*apud* Koch, 2002, p. 117) relacionam às noções de *macrossintaxe*, ou seja, aquelas em que a marca de gênero e a de número, e esta é a que nos interessa, não se efetuam dentro da própria oração, mas distanciadas em cláusulas diferentes. Essas relações normalmente se vinculam à *inferência* ou *pressuposição* processadas pelo falante no contexto pragmático.

Considere-se o fragmento abaixo, produzido por um aluno de 8ª série:

(6) “... e novamente as pessoas voltaram a se desespera com a ventania que ocorreu a semana passada no dia 25 de setembro, o que mais se preocupava era as crianças das escola que **chorava** a cada vez que os telhados **saia** do seu lugar. sem falar das arvores caindo por causa da chuva e dos vento, graças a Deus já se **passaram** uma semana e está tudo bem, só que as escolas e os comercio irão permanecer feichado até tudo se resolver. Em quanto isto todos da cidade **vai** esperar pela resolução da cidade”

As quatro formas verbais destacadas no fragmento acima mostram que um usuário da língua pode flutuar em vários subsistemas lingüísticos. Até porque há outras formas verbais no texto que se mantêm em sintonia com a marca de número exibida pelo sujeito, como por exemplo “**voltaram**” e “**irão permanecer**.”

A forma verbal **passaram** é a que, por excelência, caracteriza contextos em que o aspecto semântico-cognitivo suscita variações de uso da concordância. Ou seja, no caso em questão, o que se dá é a concordância associativa de que falamos anteriormente. Esse fato é mais um aliado na comprovação de que a congruência de número entre sujeito e verbo obedece muitas vezes a uma gramática da cognição e não a uma gramática da forma (Marcuschi, 2005, p. 76).

A ocorrência do singular nas formas **chorava** e **vai** insinua que o usuário em questão, em sintagmas complexos, infere o elemento mais próximo do verbo como sujeito deste,

de tal forma que a flexão verbal não é determinada pelo núcleo do sujeito, mas por elementos periféricos da cadeia sintagmática.

Cognitivamente, portanto, pode-se aventar que é dada uma importância semântico-discursiva maior a **escola** e não a **crianças**; a **cidade** e não a **todos** (os moradores). Aqui, vale a pena reiterar as palavras de Scherre (2005, p. 134), para quem "a concordância verbal em português não é regida pelo núcleo do sujeito, mas por traços, que podem aparecer também em outras funções sintáticas."

É óbvio que as variações de concordância colhidas no texto acima caracterizam dialetos de pouco prestígio social, sobretudo em registros aparentemente mais formais, embora haja tantos casos em que a concordância zero de número das formas verbais ocorra em discursos de indivíduos com baixa ou alta escolaridade, independentemente de faixa etária e até mesmo de contexto socio-interativo.

Para ilustrar o parágrafo anterior, observe-se, por exemplo, o *corpus* abaixo, colhido por nós, cuidadosamente, em situações orais. Embora a abrangência discursiva fique restrita, quando se lança mão de sentenças, julga-se pertinente a utilização das cláusulas seguintes como material de análise, pois "qualquer proposta funcionalista pode ser invocada para verificar o tratamento da frase enquanto ato de interação, enquanto peça de comunicação real" (Neves, 1997, p. 17):

(7) "**Começou** a vim também as prestação da Caixa tudo junto." (doméstica, 25 anos, ensino médio completo)

(8) "Quando cheguei no portão, **escureceu** as vista." (aposentado, 77 anos, ensino fundamental incompleto)

(9) "**Tá** muito **inflamado** os pés dela?" (diretor escolar, 50 anos, pós-graduado)

(10) "**Passou** três dias e a mãe achava que ele tinha ido pra casa de amigos." (doutora em Letras)

(11) "**Começou** as aulas em fevereiro e a gente só foi chamada em abril." (professora, 40 anos, curso superior completo)

(12) "Dizem que as tragédias não vêm sozinhas. Na nossa casa, **desabou** todas no mesmo dia." (Marta, personagem de Lília Cabral em Páginas da Vida, em 15/08/2006)

(13) “Professor, não dá dever hoje não. Pergunta como **foi** nossas férias.” (aluna de 1º ano de ensino médio, 14 anos)

Dado o objetivo deste estudo, não se entrará no mérito das questões que motivam a posposição do sujeito. Todavia, cumpre-nos assinalar que os enunciados acima apresentam formas verbais cujo comportamento sintático favorece a ordem *indireta*, ou seja, aquela em que o sujeito se desloca para a direita do verbo, posição que normalmente é ocupada pelos complementos verbais – objetos. Esse fato, inclusive, é uma das causas que nos conduzem a sentenças em que não se manifesta a concordância verbal, já que a função-objeto não afeta a flexão do verbo.

Além disso, essa aparente desarmonia entre a marca de número do sujeito e a marca de número do verbo encontra abrigo no seguinte argumento: as cláusulas expostas acima apresentam sujeitos *prototipicamente* opacos, ou seja, os itens lexicais básicos (ver vocábulos grifados no *corpus*) que, paradigmaticamente, “ocupam” essa função sintática não contemplam os traços básicos que definem, para a maioria dos falantes, a categoria gramatical de *sujeito*, a saber:

- a) **sintaticamente**, não controlam a concordância;
- b) **semanticamente**, não são agentes;
- c) **pragmaticamente**, não figuram como tópicos de sentenças.

É importante assinalar que as variações de concordância verificadas no texto produzido pelo aluno de ensino fundamental são mais estigmatizadas que as variações de concordância apresentadas acima, no *corpus* oral. A concordância zero em cláusulas em que o sujeito precede o verbo parece ser mais notada, sobretudo em registros escritos. O mesmo não ocorre com o sujeito posposto, dada a pouca naturalidade com que o falante percebe essa função em situações menos prototípicas, conforme se constata em fragmento abaixo, extraído de suplemento dominical de *A Gazeta (Leve a vida)*, em 07/01/2007:

(14) “(...) ficar grandes intervalos sem se alimentar, ou pular refeições, pode ter um efeito contrário no ponteiro da balança.

Quando isso acontece, o organismo entende que há uma ameaça às reservas de energia (...). O metabolismo diminui, e para compensar a possível perda de energia, nosso corpo passa a depositar gordura (...). O mesmo ocorre quando se **perde** muitos quilos de uma só vez.

Essa oscilação entre o singular e o plural no fenômeno da concordância verbal (na verdade, na concordância *latu sensu*) não é o que parece, a princípio, um fato relacionado apenas a dialetos estigmatizados socialmente. A incongruência de número entre sujeito e verbo indicia a convivência de vários subsistemas lingüísticos. Isso corrobora que a prática lingüística reorienta o sistema.

Fato interessante – e julgamos pertinente incluir neste estudo – deu-se na obra *Clarissa*, de Erico Verissimo. Consultadas várias edições deste livro (1969, 1981, 1995, 2005), verificamos que, nas mais antigas, algumas incongruências quanto ao fenômeno que estamos analisando se mostraram:

- (15) “Agora a música do piano está mais nítida. Não há mais dúvida: é Amaro que está tocando. Clarissa presta atenção. O murmúrio das conversas a **impedem** de ouvir com nitidez.”
(16) “Lá fora se **acendeu** todos os combustores da cidade.”
(17) “A sombra das árvores e das casas se **alongam** sobre o chão.”

Nas edições de 1969, 1981 e 1995, os verbos destacados nos fragmentos acima se mantiveram como já apresentados. Em edição recente, 2005, inclusive por uma outra editora, verificaram-se as seguintes modificações, que vamos exibir para efeito de comparação:

- (18) “(...) O murmúrio das conversas a **impede** de ouvir com nitidez.”
(19) “Lá fora se **acenderam** todos os combustores da cidade.”
(20) “A sombra das árvores e das casas se **alonga** sobre o chão.”

As “correções” efetuadas pela edição de 2005 indiciam que, muitas vezes, essas incongruências de número não se dão apenas no discurso de usuários menos “desavisados”. Por

outro lado, se analisarmos detidamente os contextos em que ocorre o fenômeno que por ora é estudado, ver-se-á que há razões de ordem cognitivo-pragmática subjacentes.

Em (15), por exemplo, o item lexical **conversas** parece ter governado a flexão do verbo, insinuando que a concordância verbal pode ser determinada também por outras *funções* que não o sujeito.

Em (16), cujo contexto lingüístico é semelhante ao do suplemento *Leve a vida*, de *A Gazeta*, além de se encontrar um sujeito menos prototípico (**-agente, -tópico, pós-verbal**, por exemplo), tem-se um caso em que, majoritariamente, os falantes têm preferido o singular e não o plural.

Em (17), o plural é perfeitamente justificável, uma vez que, no momento enunciativo, aspectos de ordem cognitiva – e então *pré-verbais* (aqui não nos referimos à posição que o sujeito ocupa em relação ao verbo) – podem ter determinado o plural. Ou seja, o núcleo **sombra** se desdobra tanto para **árvores** quanto para **casas**, de modo que *não há um* elemento apenas: são “duas sombras”, a das árvores e a das casas. Além disso, o sintagma-sujeito neste caso tem organização similar à encontrada em (15).

Considerações finais:

Este estudo não pretendeu esgotar nenhuma discussão sobre o fenômeno da concordância relacionada à coesão textual. Ao contrário, buscamos apenas um reflexão breve a respeito de um tema que vem nos inquietando há bastante tempo.

Muitas vezes agimos categórica e dogmaticamente diante de determinadas situações lingüísticas e, em lugar de nos abirmos para o leque de opções que a língua nos oferece, nós nos limitamos, e com isso rechaçamos a variação como condição da própria linguagem.

Quanto à concordância de número do verbo em relação ao sujeito, acreditamos ser possível postular o seguinte:

- 1) a flexão verbal tem se materializado à revelia do sujeito;
- 2) mesmo com sujeitos prototípicos, a flexão verbal não tem sido estimulada;

- 3) os morfemas de plural não estão inscritos somente na gramática formal, mas na gramática cognitiva;
- 4) a concordância não pode ser examinada somente à luz da sintaxe;
- 5) a concordância é também motivada por fatores discursivo-pragmáticos;
- 6) a concordância pode resultar tanto de uma relação anafórica *explícita* quanto de uma relação anafórica *implícita*.

Referências:

- CÂMARA JR, J. M. **Manual de expressão oral e escrita**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HALLIDAY, M. A. & HASAN, R. **Cohesion in English**. Londres: Longman, 1976.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V. et alli. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- NEVES, M. H. M. **A gramática de usos é uma gramática funcional**. Revista *Alfa*. São Paulo, v. 41, 1997.
- SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.
- VERISSIMO, E. **Clarissa**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **Um lugar ao sol**. 36 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.